

Reunião técnica comprova: Decisão de manter arrocho salarial é política!

Cruesp agenda primeira negociação para 17/5. É hora de ampliar a mobilização!

Fórum reforça: Assembleias até 9/5 para debater indicativo de greve

Na quinta-feira, 3 de maio, aconteceu uma reunião entre as equipes técnicas do Fórum das Seis e do Cruesp. No *box* abaixo, veja um resumo do que foi tratado.

Os representantes do Fórum das Seis reforçaram a necessidade de agendamento urgente de negociação com o Cruesp, uma vez que a data-base da categoria é 1º de maio. No momento de fechamento deste boletim, às 15h30 do dia 4/5, a coordenação do Fórum recebeu ofício do Cruesp, agendando a primeira negociação para 17/5, às 15h.

Todos às assembleias: Ampliar a mobilização

O Fórum das Seis reafirma o indicativo feito às

bases anteriormente, de realização de assembleias até 9/5, para debater os novos passos na mobilização, inclusive a pertinência de uma greve por tempo indeterminado, caso a negociação não se concretize em 17/5, ou redunde em proposta insatisfatória para as categorias. No dia 10 de maio, o Fórum das Seis volta a se reunir para avaliar o retorno das assembleias e definir novos indicativos às categorias.

Em assembleia realizada na tarde de 3/5, os docentes da USP aprovaram o indicativo de greve a partir da segunda quinzena de maio, caso não seja apresentada proposta de reajuste pelo Cruesp, com nova assembleia em 14/5. Na semana de 7 a 11/5,



O que foi discutido com os técnicos do Cruesp em 3/5

Logo no início da reunião, os representantes do Fórum das Seis solicitaram aos técnicos do Cruesp que informassem aos seus respectivos reitores o desapontamento das categorias por não ter sido marcada ainda uma reunião de negociação, frisando que esta postura está sendo interpretada como reajuste zero, e isso aumenta a probabilidade de deflagração de uma greve.

Em relação ao reajuste salarial, o representante da Unesp informou que ainda não conversou com os reitor sobre isso e deve fazê-lo na próxima semana. Os demais técnicos limitaram-se a ponderar que consideram que “o déficit é um empecilho para qualquer aumento, mas que essa decisão não cabe à equipe técnica”.

Quanto à insuficiência financeira (diferença entre o que as universidades arrecadam de contribuição previdenciária e o que é efetivamente pago em aposentadorias e pensões, o que deveria ser coberto pelo governo, de acordo com a lei), os técnicos admitiram que os “royalties do petróleo” que foram acrescentados ao orçamento das universidades neste ano, especificamente para esse fim, cobrem apenas cerca de um décimo do rombo. Ante à solicitação do Fórum das Seis, de dados atualizados sobre a insuficiência financeira, os técnicos do Cruesp pediram que seja encaminhada por ofício ao Cruesp.

No decorrer da reunião, os técnicos ainda fizeram

um breve relato sobre os recursos que vêm sendo alocados pelas três universidades em permanência estudantil, carreiras e contratações.

Segundo os técnicos, houve aumento de recursos em permanência estudantil nas três universidades. O Fórum solicitará oficialmente informações detalhadas ao Cruesp. Presentes à reunião técnica, representantes do DCE Livre da USP informaram que a entidade elencou a permanência estudantil como prioridade de atuação e já lançou a campanha “Permanência é pra já!”.

Em relação às contratações, o representante da Unesp informou a intenção de contratar somente professores substitutos neste ano, num total de 350, e zero servidores técnico-administrativos. No entanto, a Adunesp tem conhecimento de que estão ocorrendo algumas contratações de docentes efetivos para os cursos novos de Engenharia.

A assessoria da USP informou que há planos de contratação de 150 docentes este ano e, também, zero servidores técnico-administrativos. Na Unicamp, a informação é que “alguns concursos estão sendo feitos para cobrir situações excepcionais”.

Sobre as carreiras, estão “bloqueadas” na Unesp, enquanto USP e Unicamp informam a existência de estudos para a sua reativação.



haverá atividades diversas de mobilização (assembleias setoriais, panfletagens etc.).

Chega de arrocho e desmonte!

Nossa Pauta Unificada de Reivindicações foi protocolada junto ao Cruesp no dia 4/4. No item salarial, estamos reivindicando o restabelecimento do poder aquisitivo de maio/2015, ou seja, a reposição da inflação calculada pelo ICV do Dieese e não paga desde então. Até março, esse índice estava em 12,62% para a USP e a Unicamp; para a Unesp, que não honrou os 3% em maio/2016, o percentual é de 15,99%. Ainda falta acrescentar a inflação de abril/2018, ainda não disponível, nesta conta.

Como vem assinalando o Fórum em seus boletins, a arrecadação do ICMS está em alta nestes primeiros meses de 2018. Já os nossos salários continuam em queda livre. A arrecadação acumulada no trimestre janeiro/março 2018 foi pouco mais de 8% acima do mesmo período de 2017.

Outro dado importante, que mostra o descaso dos nossos reitores para com as uni-



versidades que dirigem e sua subserviência ao governo do estado, é a continuidade das manobras feitas para subtrair recursos das universidades, nunca por eles questionadas. Neste primeiro trimestre de 2018, o governo retirou indevidamente da base de cálculo do ICMS quota-parte do estado um montante de R\$ 1.051.421.850,09, relativo a 24 alíneas que são desconsideradas (juros, multas de mora, Habitação etc.). Isso significa que, em três meses, as universidades deixaram de receber cerca de R\$ 100 milhões (9,57% da quota-parte do estado)!

Por que os reitores não se manifestam sobre esse sequestro de recursos das universidades e não cobram publicamente da Secretaria da Fazenda do estado que permaneçam na base de cálculo? Aparentemente, não têm estofos para cobrar de quem de direito, preferem “equilibrar” as contas arrochando salários, deteriorando condições de trabalho, confiscando direitos e, assim, dando sua valiosa contribuição aos governos estadual e federal para a degradação do serviço público.

Chega de arrocho! Chega de desmonte!

Direito à moradia

Solidariedade às vítimas do incêndio em SP

Na madrugada de 1º de maio, um grande incêndio destruiu o edifício Wilton Paes de Almeida, de 24 andares, localizado no Largo do Paissandu, no centro da capital, deixando centenas de pessoas desabrigadas. O edifício era ocupado por cerca de 150 famílias, organizadas no movimento Luta por Moradia Digna (LMD). Ao menos uma pessoa morreu, mas ainda há desaparecidos.

A tragédia expõe de forma gritante um grave problema social no país: a falta de moradia para milhões de pessoas, enquanto milhões de metros quadrados são destinados à especulação imobiliária. Dados do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade da Prefeitura de SP, relativos a 2016, apontavam a existência de mais de 2 milhões de metros quadrados de imóveis “não utilizados”, “subutilizados” ou “não edificadas”, áreas que poderiam ser usadas para atender à demanda por habitação na capital. As informações constam em matéria divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de 22/3/2016 (<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cidade-de-sao-paulo-tem-2-milhoes-de-m2-de-imoveis-sem>

[-uso,10000022553](http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cidade-de-sao-paulo-tem-2-milhoes-de-m2-de-imoveis-sem-uso,10000022553)).

Desde sua posse, em início de 2017, a gestão Doria/Covas congelou o estudo. Em entrevista à imprensa, o ex-prefeito e atual candidato ao governo do estado, João Doria, preferiu qualificar os moradores de “facção criminosa”, o que revela sua insensibilidade aos problemas que atingem cidadãos socialmente vulneráveis, e confirma seu compromisso com teses nitidamente fascistas. (<https://www1.folha.uol.com.br/colunista/2018/05/predio-incendiado-em-sp-foi-ocupado-por-facciao-criminosa-afirma-doria.shtml>).

Solidariedade

Entidades do Fórum das Seis localizadas na capital (Adusp e Sintusp) organizaram pontos de coleta de doações em suas sedes para as vítimas do incêndio.

Estão sendo recebidos alimentos não perecíveis (com validade superior a um mês), água, itens de higiene pessoal, roupas e calçados, fraldas, colchões/colchonetes, cobertores.